



RELATÓRIO DA ANÁLISE DA MINUTA DE LEI ESPECÍFICA DA ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAIS DO RESERVATÓRIO BILLINGS – APRM-B E PROPOSTAS APROVADAS EM 16 DE JANEIRO DE 2008 PELA COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO, conforme determinação da Deliberação Consema 46/2007.

Propostas de emendas:

a) Artigo 2º, § 6º, alterar redação:

DE: “§ 6 - Cabe ao Sistema de Planejamento e Gestão da APRM-B implementar a gestão tripartite, integrada, descentralizada e com aporte financeiro buscando construir instâncias na estrutura de gestão, que fortaleçam a participação da sociedade civil comprometida na sua ação com a adequação gradativa do uso e ocupação do solo”

PARA: ” § 6 – Cabe ao Sistema de Planejamento e Gestão da APRM-B implementar a gestão tripartite, integrada, descentralizada e com aporte financeiro, para construir instâncias na estrutura de gestão, que possibilitem:

- 1) a transparência de informações por meio de relatórios anuais sobre a qualidade ambiental do reservatório Billings, especificando produção de água do ecossistema, qualidade das águas e capacidade de reservação;
- 2) promover a participação da sociedade civil comprometida na sua ação com a adequação gradativa aos critérios de sustentabilidade ambiental do uso e ocupação do solo.”

b) Artigo 3º, inserir:

XVII – Garantir a transparência da informações sobre os avanços obtidos com a implementação da Lei Específica e suas metas.

c) Artigo 7º, inserir:

“Parágrafo único. O Relatório de Situação da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o resultado das auditorias independentes, referidos, respectivamente, nos incisos II e XVI, deverão ser disponibilizados para acesso público na rede mundial de computadores e encaminhados aos colegiados responsáveis pelas políticas públicas de meio ambiente, saneamento básico, saúde, desenvolvimento regional e demais instâncias que o solicitarem.”



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

d) Artigo 39, inserir:

“Parágrafo único. Para efeito do licenciamento da atividade prevista no § 1º, o órgão ambiental poderá solicitar a manifestação de órgãos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos atuantes na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.”

e) Inserir nas Disposições Finais e Transitórias, Artigo 120, renumerando-se os demais, e o Parágrafo único com as seguintes redações:

“ Art. 120 - O Relatório de Situação da Qualidade Ambiental da APRM-B a ser elaborado no primeiro ano subsequente à promulgação desta lei, deverá conter o dimensionamento dos principais problemas relacionados aos temas explicitados no art. 52.

Parágrafo único. O primeiro Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPA a ser elaborado após a edição do Relatório referido no caput, deverá conter proposição de programas, projetos e ações para eliminação ou mitigação dos problemas diagnosticados e quantificados.”

f) Inserir nas Disposições Finais e Transitórias, Artigo 128, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

“Art. 128 – Em até 180 dias da promulgação desta Lei, a Secretaria do Meio Ambiente deverá publicar a primeira edição das normas, especificações e instruções técnicas previstas no art. 112, de maneira a orientar a fiscalização e explicitar as responsabilidades das diversas instâncias.